

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 1999, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.**

Aos vinte dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e nove, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:37 horas, a reunião é aberta pelo presidente do Conselho Roberto dos Santos que faz a leitura da seguinte pauta: 1 – Informe; 2 – Discussão sobre violência nas unidades de saúde e Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte. Em seguida informa que foram convidados para esta reunião, o Secretário Municipal de Saúde, Marílio Malagutti, o Secretário Municipal de Governo e Defesa Social, Paulo Lott, Secretário Municipal de Administração, Fernando Alves, Secretário Estadual de Segurança Pública, Mauro Ribeiro, Comandante Geral de Policiamento da PMMG, Coronel Severo Augusto Neto e a Corregedoria da Prefeitura, Mirtes Lazeres e o representante do Coronel o Major Renato. No primeiro ponto de pauta, o presidente do CMS, Roberto dos Santos passa informes da mesa diretora. O 1º secretário inicia informando que o PROCON juntamente com CMS, Conselho de Deficientes e Assistência Social está fazendo uma articulação inter conselhos para que cada setor na sua área específica colabore com o PROCON em defesa do consumidor, disse que o PROCON, passou para o CMS a legislação ligada à defesa do consumidor e que logo será repassada para os conselheiros. O presidente do CMS Roberto Santos, informou que em reunião realizada dia 19/05/99 na SMSA com a Saúde Mental foi retirado uma comissão à nível de BH, para discussão da Saúde Mental em BH. A secretária Geral Sônia dos Santos, faz a leitura dos convites recebidos da Comissão Local do Centro de Saúde Novo Horizonte, para um ato de defesa do patrimônio público local, dia 22/05/99, às 8:00 horas na Rua Pedro Alexandrino Mendonça, 12, em seguida lê também que a entrega do prêmio ao Hospital Sofia Feldman irá receber em Brasília, prêmio Galba de Araújo, dia 28/05/99, às 15:00 horas no Auditório da OPAS – Setor de embaixadas do Norte, lote 19, Brasília/DF, informou também que a VI Conferência Municipal de Saúde será realizada nos dias 27, 28 e 29/08/99, no SESC Venda Nova e finaliza informando que dia 02/06/99 será realizado a reunião ordinária do CMS, com a seguinte pauta: Projeto VIGISUS e eleição da nova mesa diretora do CMS. Após os informes da mesa diretora, a secretária geral Sônia Santos, informou que serão abertas oito inscrições para informes. O participante Paulo do Morro do Papagaio, denunciou o fechamento do Posto de Saúde e acusa a prefeitura de ter sido arbitrária e pede apoio do CMS. O 1º secretário João Athayde informou que o Centro de Saúde Califórnia elegeu nova coordenação com a participação de 106 pessoas e o Secretário Municipal de Saúde. A seguir diz que a CTC do CMS/BH, esclareceu as questões relacionadas ao Jornal do Conselho, quando foi negociar com a SMSA, o pagamento das edições do jornal, foi proposto pela SMSA o pagamento de seis edições com a verba destinada à publicidade do programa DST/AIDS, desde que o jornal publicasse uma matéria sobre a AIDS a cada edição na forma de um patrocínio, foi questionado sobre a legalidade de tal procedimento. A SMSA confirmou ser este procedimento legítimo por se tratar de enquadrar na verba específica para publicidade do programa DST/AIDS, a hipótese de se conseguir um patrocínio para o jornal há havia sido discutido pela CTC, no entender da CTC o patrocínio realizado com a verba destinado à publicidade do programa DST/AIDS é mais pertinente do que o patrocínio por parte de uma empresa privada. O 1º secretário João Athayde, justificou a leitura do documento da CTC porque o Jornal do Conselho não conseguiu através da SMSA a sua viabilização. A conselheira Betânia informou sobre a VII Plenária Nacional de Conselheiros, realizada em 18 e 19/05/99, em Brasília, em que esteve, cita a parte mais importante. A escolha da nova Coordenação que seria representado pelo que Minas Gerais ficou com a Coordenação da Região Sudeste sendo escolhido o conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho. A conselheira Anadil informou que também compareceu à Conferência em Brasília e julgou de suma importância. Disse que o Conselho do Espírito Santo foi cassado e considerou este fato uma vergonha, faz uma alerta que se faça um movimento nacional pois o que aconteceu no Espírito Santo pode ocorrer aqui em Minas Gerais, pede a união de todos em defesa do SUS. A conselheira Antônia informou que na última reunião do CMS, foi entregue por ela um documento à mesa diretora denunciando a violência no Posto de Saúde Lagoa. Agradece ao CMS por ter enviado ao local a estagiária Simone para fazer uma matéria sobre os fatos ocorridos e pede que o CMS os apoie na luta contra a violência que continua acontecendo. O conselheiro Antônio passa informe sobre a reunião do conselho do Hospital Sofia Feldman, dia 22/05/99, às 8:00 horas e passa a pauta da reunião, eleição da mesa diretora e formação de Câmara Técnica, anuncia a visita do Ministro José Serra à reunião a ser realizada para entrega de um prêmio ao Hospital Sofia Feldman, denuncia que os vencimentos do hospital estão atrasados e informa que mesmo assim receberão o Ministro. A conselheira Maria Josefina, informa sobre a questão da seleção realizada no dia 18/05/99, para agente comunitário da Pampulha, faz a observação que isto é uma prova que o BH-Saúde está sendo implantado de fato. A seguir faz a leitura da Moção de Repúdio e entrega à Mesa Diretora para que seja entregue aos representantes do governo que queiram conhecer. O conselheiro Antônio Amâncio parabeniza todas as entidades envolvidas no movimento dos doentes mentais ocorridos no dia 18/05/99, sugeriu ao Conselho que enviasse correspondência às entidades envolvidas pela importância do trabalho, faz elogios especial ao CERSAM Padre Eustáquio. O conselheiro Evaristo Garcia, informou que esteve no Morro do Papagaio com o vereador Paulão e chama a atenção ao CMS e à SMSA com relação aos idosos que ficaram impossibilitados de se locomoverem a outro Posto de Saúde após o fechamento do Posto de Saúde de Morro do Papagaio, informa que o governo de Minas Gerais criou o Conselho de Segurança Alimentar que foi criado a nível nacional, completa dizendo que o governador Itamar Franco criou este Conselho em Minas Gerais e foi eleito como membro do Conselho, disse que o objetivo deste Conselho de Segurança Alimentar é discutir a qualidade de vida da população de Minas Gerais e pede a colaboração de todos do CMS para ajudá-lo nesta luta. O conselheiro José Osvaldo, passa informe da CTC, em reunião quinta-feira passada, foi eleito como coordenador interino até a próxima reunião, porque a conselheira Janine não poderá continuar, e que em reunião com o professor Waldir ficou decidido que o Jornal do Conselho Municipal de Saúde sairá em Junho/99, com

68 dois pontos de pautas específicos: Mesa Diretora e VI Conferência Municipal de Saúde; apresentou os três  
69 estagiários, Karla Marinho de Relações Públicas, Simone e Marcílio na parte de Jornalismo, que já estão  
70 trabalhando para a elaboração da edição, também em reunião com Elizete Rodrigues, foi colocado as  
71 dificuldades técnicas na elaboração do jornal, onde foi solicitado um computador para que os estagiários  
72 utilizassem para digitação das matérias e outras questões relacionadas à impressão e editoração do mesmo. A  
73 conselheira Marlene, informa sobre a plenária dos trabalhadores realizada no dia 18/05/99, cuja pauta foi a urna  
74 nos Postos de Saúde; informou que estiveram presente o SINDSAÚDE, SINDIBEL e cita a senhora Ivone da  
75 Regional Nordeste em ter apresentado um relatório pedindo a exoneração de um funcionário, informa que a  
76 comissão formada na reunião anterior, redigiu um documento convocando a Corregedoria para dar  
77 esclarecimento sobre as questões das urnas. O 1º secretário João Athayde informa que a CTCA atendendo a  
78 solicitação de entidades ligadas à Saúde Mental, convocou e fez uma reunião dia 19/05/99 com representantes  
79 dos quatro CERSAN's e Centro de Convivência para discutir a questão da Saúde Mental em BH e foi tirado um  
80 documento e uma comissão para trabalhar neste documento e dar continuidade ao trabalho da Saúde Mental em  
81 BH, informou que a prioridade nesta questão é a falta de medicamentos específicos, a falta de vales transporte e  
82 o lanche. Disse que outra questão básica para a melhora no tratamento à Saúde Mental é a criação de mais  
83 CERSAM's e informou que o CMS, recebeu um convite do Conselho Nacional de Saúde para a Conferência  
84 Nacional de Saúde Mental, que será realizado em 29/11/99 em Brasília e em função deste fato a CTCA está  
85 providenciando uma discussão com a SES para que seja feito uma preparação em BH para este encontro em  
86 Brasília. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho faz uma intervenção e pede para ser inserido no  
87 final da pauta como 3º ponto de pauta a questão que foi aprovada em reunião de Janeiro/98 do CMS. A  
88 conselheira Dalva reforça o pedido do conselheiro Paulo Venâncio: a inclusão da pauta e a leitura do documento  
89 para aprovação. A secretária geral Sônia Santos consulta o plenário, a aprovação desta questão como terceiro  
90 ponto de pauta. O presidente Roberto dos Santos após também consultar o plenário informa que foi aprovado por  
91 consenso a inclusão da questão com o terceiro ponto de pauta, em seguida passa para o segundo ponto de pauta  
92 que é a discussão sobre a violência nas unidades do Sistema Único de Saúde em BH e convida o Major Renato,  
93 representante da PMMG, Elizeth, representante da SMSA, informa que ela será a representante do Secretário  
94 Marílio, o Secretário Municipal do Governo e presidente do Conselho de Defesa Social, Dr. Paulo Lott,  
95 Secretário Municipal de Administração, Dr. Fernando Almeida Alves, Secretário Estadual de Segurança Pública,  
96 Mauro Lopes e informa o não comparecimento e nem justificativa dos três representantes acima citados; também  
97 foi convidado a Corregedoria Municipal, Drª Mirtes Lazeres e a mesma não compareceu, porém justificou. O  
98 presidente do CMS Roberto dos Santos, informou que o motivo da reunião são as denúncias recebidas por vários  
99 Centros de Saúde com relação à Violência, invasão e roubo de vacinas, envolvendo os Centros de Saúde Morro  
100 do Papagaio, Taquaril, Vila Cemig e a convocação da PMMG para esta discussão é para saber qual o apoio que a  
101 PMMG dará neste sentido. Em seguida o Major Renato agradece ao presidente Roberto pelo convite e admite ser  
102 a violência ser uma questão que afeta toda a população de BH e coloca que a PMMG está a disposição todas as  
103 vezes que for convocado para discussão sobre a violência e que a PMMG não foge a obrigação de fornecer ao  
104 cidadão beloizontino toda a tranquilidade para exercer todas as atividades, policial há 18 anos, chefe da seção  
105 de planejamento de emprego de operações da PMMG, faz a coordenação de todo o policiamento em BH,  
106 informou que o comando de policiamento da capital é responsável por BH e as cidades da RMBH pertencem a  
107 outro comando. Informou que ficou assustado com a solicitação que foi feita pelo CMS, porque na seção a qual é  
108 responsável por todo este planejamento não foi sentido que a demanda por segurança pública nos Postos de  
109 Saúde estivesse tão grande a ponto de gerar uma reunião específica para discutir esta questão e que nesses dois  
110 anos recebeu pouquíssimos documentos relatando estes fatos, disse que a saúde tem que estar onde o povo está,  
111 que a localização dos Postos de Saúde, influencia diretamente na questão de violência, em função do índice de  
112 desenvolvimento humano da região, que registrou pelas falas o Taquaril, Cafezal, Morro do Papagaio, Alto Vera  
113 Cruz, Jardim Leblon, Vila Leonina e que todos esses locais são reconhecidos pela PMMG, como locais de alta  
114 incidência criminal, que a PMMG é estruturada por dez batalhões em BH, cinco deles com responsabilidade  
115 territorial, ou seja, onde estão localizados os Postos de Saúde têm-se uma companhia da Polícia Militar que é  
116 responsável pela execução do policiamento nesta região, temos 26 Cias em BH e duas na região metropolitana:  
117 Sabará e Caeté que pertencem à este comando, são 7.600 homens para fazer policiamento e oferecer segurança à  
118 esta cidade o que tem em cerca de dois milhões e quatrocentos mil pessoal, é uma atividade muito complexa e  
119 envolve várias questões e que a Polícia Militar não foge a sua responsabilidade e não busca justificar o aumento  
120 da criminalidade só considerando os aspectos sociais e econômicos, a PMMG também tem problemas, porém  
121 como representante da PM representando o comando da PM não poderá fazer promessa que não poderá fazer  
122 promessa que não poderá cumprir ou seja colocar policiamento em todos os Postos de Saúde de BH e sim  
123 prometeu atender de modo eficiente e rápido as questões que envolvem segurança pública, com relação à saúde a  
124 situação é grave, pois onde o atendimento é mal realizado, as pessoas ficam insatisfeitas e isto gera violência,  
125 propõe que a comunidade se envolva diretamente nesta questão, informando à PM quem são estas pessoas que  
126 normalmente praticam essa violência, que a atividade da PM é preventiva e que à partir do momento que o delito  
127 acontece, cessa a atividade da PM, passando então à Polícia Civil que tem por norma constitucional o dever de  
128 apurar os delitos que ocorrem. Ressalta que onde falta política pública o caso vira caso de polícia, e que o  
129 problema da violência contra os Centros de Saúde é um problema de educação das pessoas, propõe à  
130 comunidade em caso de receio de passar informações sobre essas pessoas à PM, que membros da comunidade se  
131 envolva e converse conscientizando estas pessoas e mostre que os prejudicados serão os próprios moradores, que  
132 cada bairro tem uma Cia de polícia, onde elas poderão ter um atendimento rápido com a violência nas escolas,  
133 Centros de Saúde, pede que o CMS passe à PM uma listagem da localização dos Centros de Saúde para que seja  
134 feito uma tabela com referência para atendimento da PM com telefone e nome do comandante da Cia e repasse

135 ao CMS, informou que a PMMG está sempre de portas abertas para receber e oferecer o tratamento melhor  
136 possível, dentro das carências estruturais que a PM tem e coloca todo o apoio da PM ao poder público municipal  
137 para dar prosseguimento com suas ações que são fundamentais para a comunidade. Em seguida a representante  
138 da SMSA, Elizete, informa que a questão da violência nos Centros de Saúde tem sido motivo de pauta em todas  
139 as reuniões dos distritos sanitário que ocorrem toda as terças-feiras no gabinete da SMSA, explica que essas  
140 violências ocorrem no horário de funcionamento e de não funcionamento, inclusive com perda de equipamento,  
141 vacinas, quando apagam o relógio, com relação ao Sistema de Vigilância nos Postos, pede que os conselheiros  
142 Regina e Luiz Orsini explicarem melhor sobre a questão de segurança pelo fato de serem chefes e diretores dos  
143 distritos sanitários e sofrem diretamente o problema; que à nível de SMSA o que tem sido encaminhado é uma  
144 forma alternativa de melhorar a qualidade da vigilância nos Postos de Saúde e também a segurança através da  
145 vigilância eletrônica, onde são locais de menor risco e uma vigilância mais efetiva em locais de maior risco.  
146 Esclarece que a SMSA não está omissa na questão de segurança nos Postos de saúde. A Secretária Geral Sônia  
147 Santos, informa que foram aberta as inscrições para o 1º bloco. O conselheiro Antônio informou que a SMSA  
148 não ouviu o CMS quanto à instalação da Vigilância Eletrônica, acusa a empresa que faz este serviço de não estar  
149 fazendo direito, que o alarme toca às 8:00 horas da noite e eles aparecem no outro dia e pergunta ao Major  
150 Renato qual o contato que esta empresa de Vigilância Eletrônica tem com a PM e questiona a falta de  
151 atendimento e as filas grandes, e não concorda com a vigilância eletrônica. O conselheiro Evaristo Garcia disse  
152 que as pessoas que fizeram as reclamações, de não terem relatado os fatos na íntegra contribuindo assim para que  
153 o Major Renato não entendesse bem a questão da violência, sugere que as pessoas citem os fatos ocorridos e  
154 antes da discussão deveriam ter denunciado os fatos na polícia. O conselheiro Antônio Gomes faz um  
155 comunicado informando que a PM tem procurado se entender com a comunidade, e como presidente de uma  
156 Associação Comunitária foi convidado para uma reunião com um comandante no Batalhão de Choque, dia  
157 24/05, às 16:00 horas, denuncia que a segurança eletrônica não funciona, e que após tirarem os seguranças dos  
158 Postos a situação ficou de total insegurança, pois quando é acionada a segurança eletrônica o atendimento é feito  
159 somente no outro dia, sugere que a SMSA faça uma reavaliação nestas questões. O conselheiro Luiz Orsini,  
160 diretor do Distrito Sanitário Venda Nova, informou que a nível de relato pode vivenciar na prática que o apoio  
161 da PM anteriormente quando solicitado era bem melhor que hoje, que se conseguia de pronto, rapidamente este  
162 atendimento, que recentemente este apoio tem sido dificultado por justificativas diversas, dentre elas falta de  
163 pessoal, viatura, etc., disse ser uma constância, esclareceu que com relação à Venda Nova existem alguns pontos  
164 críticos e cita o Centros de Saúde Lagoa, Leblon e Venda Nova pelo fato de existir algumas características  
165 específicas tais como: criminalidade local, problemas sociais e chama a atenção da PMMG e pede que se reflita  
166 sobre o planejamento na saúde feito para BH, que somente em Venda Nova 40% do atendimento é feito à  
167 pessoas de outros município, e que este fato não só dificulta com estrangula o atendimento na saúde e com  
168 certeza junto vem o estrangulamento na área de segurança. Sugere que a PM se envolva também na segurança a  
169 esses municípios vizinhos numa ação integrada, esclareceu que com relação à segurança eletrônica, uma  
170 metodologia, é para proteger o patrimônio no período noturno, contra a invasão de pessoas dentro do  
171 estabelecimento. Diz que esta questão é um problema social de grande dimensão e sugere à PMMG junto com a  
172 PMBH pudesse identificar melhor e demandar em cima dessa identificação, um policiamento preventivo, como  
173 ações que tiveram na gestão do Dr. Athos de Carvalho na SMSA, onde um coronel da assessoria militar da  
174 PMBH onde foram identificados os pontos críticos e foram apresentados os Centros de Saúde que tinham  
175 maiores problemas, mesmo assim tiveram algumas dificuldades e com relação aos três Postos acima citados, na  
176 época tiveram soluções temporários sendo retirado posteriormente o policiamento. A participante Lídia Mata  
177 Machado, informou que a tarefa à qual foi colocada, era elaborar um projeto, fazer um levantamento para o  
178 Centro de Saúde Cafezal, que após a visita do prefeito na região, onde o Centro de Saúde Local tem uma das  
179 piores realidades sociais de BH, apesar de estar muito bem situada do ponto de vista de localização geográfica,  
180 este trabalho está sendo muito interessante e tem que ser colocado à esta reunião é que a violência não é contra o  
181 Centro de Saúde e sim, com os próprios moradores que convivem ao lado e ao redor do Centro de Saúde, que de  
182 maneira alguma se pode deixar os funcionários do Posto de Saúde exposto à essa violência do cotidiano, que  
183 essa questão tem que ser levantada e essa discussão tem que ser a entrada do poder público enquanto um todo  
184 nessa localidade. Informou que no Centro de Saúde Cafezal, os médicos trabalham em cima de muito mais de 12  
185 consultas por dia e não trabalham mais porque tem medo, denunciou que o mercado consumidor da Droga está  
186 na Serra, e não se trata de colocar a polícia na porta dos Centros de Saúde, porque a presença da polícia traz  
187 problemas de relacionamento e de entrada dos funcionários dentro da moradia das pessoas e questionou como  
188 será feito o BH-Saúde se terá que andar com um policial do lado? Propõe que se comece a trabalhar um projeto  
189 global, com a união de todos os Conselhos. O conselheiro José Osvaldo contempla a fala da Drª Lídia e faz um  
190 protesto contra a PBH, informou que foi criado pelo Prefeito Célio de Castro o Conselho Municipal de Defesa  
191 Social, que o prefeito deveria estar a esta reunião discutindo sobre a criação deste Conselho com o CMS, propõe  
192 que mesa diretora envie uma carta questionando a ausência do Conselho de Defesa Social e diz também que os  
193 outros convidados deveria estar presentes, pois a questão em pauta também está ligado às suas respectivas áreas.  
194 Colocou um segundo protesto que a Mesa Diretora do CMS faça um documento ao senhor Fernando Alves,  
195 Secretário de Administração, onde fosse questionado o custo de Vigilância Eletrônica se relaciona com a  
196 Vigilância de Recursos Humanos. A conselheira Anadil propõe que se acabe com a vigilância eletrônica de vez e  
197 justifica sua proposta informando que a Vigilância Eletrônica só trouxe problemas, questiona o custo/benefício  
198 desta questão. O participante Nélio do Morro do Papagaio, informou que o prefeito Célio de Castro e o  
199 Secretário Municipal de Saúde, Marílio Malagutti em reunião no CMS, garantiram que o Centro de Saúde do  
200 Morro do Papagaio não sairia da comunidade e que no entanto, o Posto de Saúde foi retirado do local e que o  
201 motivo alegado foi a violência, disse não acreditar na alegação e sim que foi uma desculpa para esta retirada, e

202 contempla a fala da Dr<sup>a</sup> Lídia no que se refere à estas questões. Reafirmou o protesto da comunidade sobre o  
203 fechamento do Posto e que aceitam o BH-Saúde, com agente comunitário mas querem a volta do Posto ao  
204 mesmo local. A trabalhadora do Centro de Saúde Vila Cemig e contemplou a fala da Dr. Lígia dirigiu a sua fala  
205 ao Major Renato e fez alguns questionamentos tais como: 1 – como recorrer a esta segurança? 2 – Que com  
206 relação à denúncias o que deverá ser feito, pois são fatos as ocorrências e não é tomada a devida providência, diz  
207 ter vítima de dois tiros, em um posto de saúde e que a violência realmente está no Posto de Saúde; 3 – Que com  
208 relação à educar a comunidade, se após educar se a violência continuar? Disse que essa é a sua preocupação  
209 como usuária, contempla a fala do senhor Nélio, informou que a sua fala além ser para o Major é também para a  
210 mesa diretora, pois querem trabalhar com segurança. A conselheira Janine informou que a primeira reunião que  
211 teve com a nova Secretária em que se fez presente o secretário adjunto Apolo, representando o gestor, foi  
212 colocado pela mesma a questão de segurança a esta época já havia se levantado a questão do Morro de  
213 Papagaio, na região Norte existe o problema de segurança e foi proposto à época uma firma de segurança  
214 humana para evitar problemas tais como pessoas alcoolizadas, também para que se fizesse uma recepção, em  
215 função da sobrecarga e do stress do funcionário, lamentou a ausência do secretário adjunto Apolo à esta reunião  
216 e disse contrária ao fechamento do Centro de Saúde do Morro de Papagaio por motivo de segurança. A secretária  
217 geral Sônia Santos, informou que o primeiro bloco de pergunta havia encerrado e passa a palavra ao Major  
218 Renato. O Major Renato informou que iria responder as perguntas do conselheiro Antônio Carlos relacionados à  
219 Vigilância Eletrônica e efetividade desta vigilância, informou que a vigilância eletrônica é um sistema  
220 complementar à presença do ser humano e não substitui a um trabalho que um vigilante faz, que é engano achar  
221 que a vigilância eletrônica vai ser a solução do problema. Lamentou a ausência nessa reunião das empresas de  
222 segurança e os acusou de fazer intermediação do problema, ou seja, quando o alarme é acionado, eles ligam para  
223 a PMMG para atender, enquanto eles deveria estar atendendo por meios próprios e que questões como mal  
224 atendimento sejam solucionadas com uma administração mais eficiente. Com relação a pergunta do conselheiro  
225 Garcia, informou que a PM trabalha com cientificidade, que a atuação da PM é colocada em três pilares básicos:  
226 1 – O serviço de inteligência, informações que chegam à PM; 2 – A base estatística; 3 – A presença ostensiva da  
227 PM, a presença vai se fazer naqueles locais onde houver a maior incidência criminal, e que se estão ocorrendo  
228 fatos em Centros de Saúde e estes fatos não estão sendo comunicados oficialmente à PM, não estando sendo  
229 registrados, estes fatos não entram nas estatísticas da PM, é só ligar para o 190, chamar a viatura, registrar os  
230 fatos para que assim faça parte da estatística da PM, disse que também tem que ser considerado o problema de  
231 segurança subjetiva, ou seja, a sensação de segurança e que esse é um fator que a PM não desconsidera. Em  
232 seguida responde às questões levantadas pela senhor Glória do bairro Lagoa, informou que a PM não tem  
233 obrigação constitucional de colocar o seu efetivo para zelar do patrimônio público municipal, este serviço tem  
234 que ser feito pela prefeitura através de contratação de empresa de vigilância particular, a PM tem uma série de  
235 atividades e que se a PM colocar um policial em cada um dos 142 Centros de Saúde, esses policiais fardados e  
236 armados estarão inclusive correndo risco de vida, sabemos que os funcionários da SMSA, sofrem risco de vida,  
237 porém que a PM, sofre muito mais, que se a PM não entrar no local com a supremacia de força ele será abatido,  
238 se colocasse a PM por turno ou seja quatro militares por dia, seriam mais de 600 militares o que significa mais de  
239 10% do efetivo da PM, informou que a PM atende o segmento dos taxistas, dos coletivos, das escolas, bancos,  
240 padarias, farmácias, supermercados, drogarias e que o campo de atuação da PM é muito vasto, disse que a PM,  
241 teria a maior satisfação em poder suprir todas as necessidades, a PM estará criando no início do mês de Junho o  
242 Conselho de Segurança Pública e esse Conselho será por área de sub-unidade e que em BH serão 26 Conselhos  
243 de Segurança Pública, nesse Conselho poderão participar os gerentes de Postos de Saúde para discutir com a PM  
244 as questões relacionadas à Segurança Pública. À pergunta do conselheiro Antônio Gomes com relação à  
245 vigilância eletrônica, reafirmou que a vigilância eletrônica é um meio auxiliar importante e necessário, porém  
246 não substitui a presença do vigilante. A questão levantada pelo conselheiro Orsini, informou que a Região Norte  
247 e Oeste de BH são os dois grandes problemas que a PM enfrenta, a região Norte pela característica de ser cidade  
248 dormitório de BH, abriga um número imenso de pessoas e que a situação de criminalidade lá é preocupante para  
249 PM, estão adotando medidas para reverter essa criminalidade que é mais crescente tanto em Venda Nova como  
250 no Barreiro, disse existir uma preocupação e a informação que Venda Nova é responsável por 40% do  
251 atendimento de todo o município e que a PM não seria coerente se não desse um atendimento mais priorizado  
252 para Venda Nova, tem o registro do conselheiro Orsini e que o 13º Batalhão da Unidade Operacional da PM, que  
253 tem feito trabalhos excelentes na representação do Comandante do Batalhão está com as portas abertas para  
254 receberem as pessoas para tratar dos assuntos específicos da região de Venda Nova e será dado um atendimento  
255 especial. Com relação as questões levantadas pela Dr<sup>a</sup> Lídia no que se refere às necessidades de um projeto  
256 global e todas as colocações da mesma, foram oportunas, mas a PM está presente à essa reunião para resolver o  
257 problema da violência, e que a solução passa por todos os segmentos, porém esperar só que a PM dê a solução  
258 para o problema não é possível e pede que as pessoas se conscientize porque só a PM não é sinônimo de  
259 segurança e tranquilidade pública. Respondendo ao protesto do conselheiro José Osvaldo sobre a ausência à essa  
260 reunião de representantes do Conselho Municipal de Defesa Social e da Secretária de Administração que é um  
261 órgão gerenciador e responsável pela contratação de uma empresa de vigilância eletrônica, disse não poder dizer  
262 nada à esse respeito, e informou que a PM tem dificuldade no funcionamento do Conselho de Defesa Social à  
263 nível estadual e pede que se tenha cuidado para que no município não aconteça isto, que o Conselho de Defesa  
264 Social, não seja uma manobra política, simplesmente para falar que está fazendo alguma coisa, que tem que  
265 funcionar. Respondendo à pergunta da conselheira Anadil, diz não concordar com a mesma quando se refere à  
266 retirada da vigilância eletrônica, informou que a vigilância eletrônica deve permanecer principalmente nos locais  
267 que se tem uma incidência criminal pequena e que nos locais críticos tem que colocar o vigilante presente, atento  
268 em condição de acionar com oportunidade, pois admite, nem sempre a PM é acionada desta forma para tomar

269 providências nos locais onde está acontecendo a violência. A questão do Morro do Papagaio, colocada pelo  
270 senhor Nélio, onde o mesmo afirmou que a polícia saiu perdendo. O Major Renato informou que não existe lugar  
271 em BH que a PM não resolva o problema de Segurança Pública, que a justificativa da PM/BH não está  
272 resolvendo o problema da Segurança Pública e que o Centro de Saúde foi retirado por problema de segurança, é  
273 um problema simples para a PM/BH que lava as mãos e faz a retirada do ponto, cobrou o envolvimento da  
274 comunidade nesta questão e questionou se a polícia foi comunicada e cientificada que estaria sendo retirado um  
275 Centro de Saúde por falta de Segurança, tem certeza que por mais insensível que fosse um comandante que teria  
276 responsabilidade por uma área dessas não iria priorizar um local desse, se o poder público e a comunidade do  
277 Morro do Papagaio quiserem retornar o Centro de Saúde ao local o qual foi retirado, a PM via dar total  
278 segurança necessária. Respondendo à senhora Rita da Vila Cemig, sobre denúncias onde a mesma foi vítima de  
279 tiroteios, disse ser importante notar e perceber nestes contatos que estão sendo feitos agora democraticamente, a  
280 sensação de segurança do cidadão, referiu-se à senhora Rita e disse que ficou sensibilizado com a opinião e com  
281 o relato da mesma na questão de segurança pública no bairro, que o atendimento da PM nos casos que for  
282 necessário tem que ser através do 190, que é a Central de Operações que gerencia o deslocamento do  
283 policiamento tanto à pé quanto motorizado e que na Vila Cemig tem como referência uma Companhia do 5º  
284 Batalhão da PM e que a mesma tem que ter um estreito relacionamento com o Comandante desta Cia, para que  
285 se discuta estas questões, isto facilita muito os problemas se houver esta aproximação, a PM busca a  
286 aproximação com a Comunidade porque a solução passa por essa atuação conjunta, justifica informando que a  
287 PM sozinha não vai conseguir resolver todos os problemas e volta a dizer que a PM não tem condições de  
288 colocar o seu efetivo à disposição dos Centros de Saúde, que a PM tem condições de oferecer segurança de  
289 olhar, acolher quando necessário, de apoiar nos momentos críticos e cita exemplos como o dia da vacinação,  
290 filas muito grande, incômodos por bêbados ou drogados que nesses momentos são acionados à PM com certeza  
291 dará maior apoio, não prometeu colocar PMs na porta do Centro de Saúde em horário de funcionamento,  
292 primeiro porque não pode prometer uma coisa que não podem cumprir, segundo o problema de zelar pelo  
293 patrimônio passa pela contratação de uma vigilância por parte do poder público municipal e sugere se possível  
294 até a criação de uma guarda municipal, para cuidar dos bens públicos do município como existe em outros  
295 estados. E finalizando referiu-se à conselheira Janine com relação ao fechamento do Posto de Saúde do Morro do  
296 Papagaio onde a mesma se declarou contrária e afirmou que apoiou totalmente as palavras da conselheira e  
297 colocou novamente que a PM se encontra à disposição para dar um apoio mais efetivo e para que a PM não seja  
298 a justificativa pela retirada do Centro de Saúde local e a PM não aceita ser bode expiatório deste problema. O  
299 presidente do CMS, Roberto dos Santos faz intervenção e informou ao Major Renato que havia mais de dez  
300 inscritos e se pode continuar à reunião. O Major concordou e permaneceu para ouvir as pessoas inscritas. O  
301 gerente do Centro de Saúde da Vila Cemig, Artur, informou que após a implantação da Vila Esperança e pela  
302 situação geográfica a Vila Cemig tem casos de mortes, assaltos, tentativas de morte, a Comunidade da Vila  
303 Cemig vive a lei do silêncio, que seria bom se as pessoas pudessem se expor, porém a PM não pode estar  
304 presente, e que quando um funcionário do Centro de Saúde sofre um constrangimento, citou exemplo de um  
305 funcionário médico que foi obrigado a dar um atestado para um indivíduo porque praticamente foi forçado,  
306 inclusive esse médico hoje está demissionário, já sofreram dois constrangimento, quase agressões com duas  
307 pediatras com ocorrências policiais, ocorrências estas com tiros, é muito difícil a lotação e a fixação dos  
308 funcionários que fica muito prejudicada devido à escutar tiroteio a menos de 20 metros do Centro de Saúde. O  
309 conselheiro João Athayde informou que esta é a segunda vez que o CMS discute a questão da violência, e que  
310 em vez de avanços o que se percebe é um retrocesso nesta questão, informou que na primeira reunião estavam  
311 presentes os representantes da segurança pública, área social da prefeitura, direitos humanos e outras entidades, e  
312 a maioria das pessoas convidadas compareceram e chama a atenção dos conselheiros para que tenha a  
313 responsabilidade, pois não se deve encarar a questão da segurança simplesmente do ponto de vista policial, que  
314 o atual Comandante Maurício Lúcio estava no 5º Batalhão e era dirigente da associação da região Nordeste,  
315 quando foi discutido com o Comandante Mauro Lúcio a questão da violência várias vezes, neste sentido propôs  
316 que o CMS tire hoje uma comissão para dar encaminhamentos e aprofunde a questão da violência, contemplou a  
317 fala da Drª Lídia e pediu que seja constatado que a questão é uma discriminação e descaso com a população, com  
318 a retirada do Centro de Saúde do Local, que a defesa dos órgãos públicos é delegada à PM, na questão de  
319 prevenção, propõe que se chame a prefeitura e o estado para que se busque uma solução. O conselheiro Paulo  
320 Roberto Venâncio, propõe que seja iniciado um debate sobre o que é violência e questiona se a violência pode  
321 ser tratada com violência, disse preocupado com os funcionários e questiona se também não é uma violência a  
322 retirada do Posto de Saúde do Morro do Papagaio, pela SMSA sem discutir com o CMS; a colocação pela SMSA  
323 de urnas em Postos de Saúde para analisar cada funcionário; falta de remédios nos Postos de Saúde; o descaso  
324 que está a Saúde Municipal em BH, e completa informando ter proposta e que ao final desta reunião apresentar  
325 as propostas. O conselheiro Antônio Amâncio parabeniza Drª Lídia pela sua fala, concordo que a questão da  
326 Vigilância Eletrônica tem que ser um complemento por pessoas e pergunta ao Major Renato sobre os órgãos e  
327 entidades que cuidam da violência, cita inclusive o Conselho de Segurança Comunitária que estão sendo criado,  
328 no bairro Alípio de Melo, se este Conselho teria o apoio efetivo da PM. A enfermeira do Centro de Saúde Vila  
329 Cemig informou que trabalha há oito anos na regional Barreiro, seis destes anos na Vila Cemig e dois anos para  
330 cá a violência aumentou muito, que foi bem colocado pelo Major Renato a questão de que a PM recebe poucas  
331 ocorrências destas violências, que em menos de um ano foram feitas duas ocorrências no Centro de Saúde Vila  
332 Cemig, um de tiroteio e outro de agressão à uma pediatra, por uma portadora do vírus HIV que queria  
333 contaminá-la ferindo-a com uma seringa, informou também que dois médicos já saíram do Centro de Saúde por  
334 motivo de violência, e que a maioria das auxiliares de enfermagem já sofreram algum tipo de violência como:  
335 ameaças de psicopatas dentro do Centro de Saúde, ameaças de pessoas na rua, por estes e outros fatos ocorridos

336 foi elaborado um documento por escrito pela equipe de profissionais do Centro de Saúde Vila Cemig que fora  
337 envidado para a regional Barreiro, administração regional, CMS, SMSA e hoje entregariam este documento à  
338 procuradora, questionou o que será feito nas áreas mais críticas como no Centro de Saúde Vila Cemig, afirmou  
339 que querem que o poder público tenha o dever público com a segurança dos profissionais, conclui dizendo  
340 reconhecer as dificuldades da PM em estar colocando policiamento em todas as unidades e propõe ao Major  
341 Renato de colocar policiais pelo menos nas áreas críticas não só na segurança fixa de segunda a sexta-feira,  
342 como também na ronda policial para dar cobertura aos profissionais que trabalham em visita domiciliar. O  
343 presidente do CMS, Roberto dos Santos consultou o plenário a possibilidade de parar os trabalhos por dez  
344 minutos enquanto o Major Renato estava dando uma entrevista para a TV. O plenário concordou que se parasse  
345 os trabalhos porém por cinco minutos. Após a pauta a conselheira Ednéia informou estar perdida e não saber à  
346 quem dirige a sua indignação, que foi contemplada pela maioria das falas, e dirigiu sua fala ao Major Renato e  
347 informando que no dia 02/05/99, quando ocorreu a invasão de um Centro de Saúde, o único dia que houve  
348 roubo, foram roubado 20 latas de óleo, dois aparelhos telefônicos, uma peça do consultório de dentista, estava ao  
349 lado do profissional que trabalha no Centro de Saúde ao telefone fazendo a denúncia, disse ter conversado com o  
350 policial que atendeu à denúncia, e no outro dia, ou seja, dia 03/05/99, o Centro de Saúde ficou fechado o dia  
351 inteiro e a gerente ficou o dia inteiro prestando depoimento na delegacia, que não houve roubo de remédios,  
352 porém todas três vezes que entraram no Posto de Saúde desligaram o relógio, conseqüentemente o alarme ficou  
353 desligado e também todos as doses de vacina que estavam na geladeira perderam, pois o relógio foi desligado no  
354 Sábado e só religaram as segunda-feira, que foi registrado essa ocorrência à PM, informou que precisa nos  
355 Centros de Saúde é o vigia, que foi tirado, e questionou a retirada dos vigias. Questionou também a instalação da  
356 Vigilância Eletrônica a título de economia e conclui sua fala dizendo que a criação do Conselho de Defesa  
357 Social, foi para fazer política, criar cargos de assessores especiais. O conselheiro Lauro informou que no Jardim  
358 Leblon existe muita violência e que essa violência é provocada por falta de recursos, o Posto de Saúde não tem  
359 condições de atender ¼ dos moradores do bairro, solicitou outro Posto de Saúde na região para que pudesse  
360 atender melhor a comunidade e evitar a violência, pediu a presença dos policiais no bairro. O conselheiro Júlio  
361 César informou que com relação à violência concorda plenamente com fala da Dr<sup>a</sup> Lídia e de outras pessoas que  
362 o antecederam, que não é a polícia única e exclusivamente ou qualquer outro órgão que vai solucionar esta  
363 questão, cita a invasão do Centro de Saúde Taquaril. Informou que no próximo Sábado irão fazer uma atividade:  
364 dar um abraço no Centro de Saúde e na Escola contra a violência, pela paz, e onde será mostrado o que a  
365 comunidade tem de bom no aspecto cultural ou seja grupos de adolescentes da comunidade e outros grupos que  
366 participam positivamente no aspecto cultural, colocou que com relação a questão da PM, a região do Taquaril  
367 tem uma deficiência, em função da questão da polícia comunitária por não terem condições financeiras, disse que  
368 discorda desta política por achar que é uma obrigação do estado e um dever de todos estar zelando para que a  
369 violência se amenize. Em relação à questão da instituição da PM pediu que o Major Renato colocasse à essa  
370 reunião se é passado pelo Departamento Social da PM aos soldados que estão na ação a preparação suficiente  
371 para ampliação das medidas necessárias, pois sente a diferença no tratamento dado às pessoas da periferia, se  
372 comparado às outras regiões onde há vários Postos, onde se dá uma assessoria mais efetiva. A gerente do Centro  
373 de Saúde Felicidade Geralda, informou trabalha há 15 anos na área de saúde e nunca viu uma violência como  
374 hoje, questionou a ausência dos convidados, a representatividade das pessoas, citou que o Conjunto Felicidade  
375 no Centro de Saúde existente no local, é o Pronto Socorro daquela comunidade e cobra uma infra estrutura para  
376 estar trabalhando, que o índice de violência na região não é tão grande como em outros Postos, que este índice  
377 menor de violência não é devido a qualidade de vida que foi apontado como segundo lugar em menor renda em  
378 BH, justifica este índice menor na violência devido à integração existente entre os profissionais do Centro com  
379 setores da comunidade como as associações e houve sucesso, quando resolveram buscar soluções nestes  
380 segmentos que hoje não se fizeram presente à esta reunião, e quando os mesmos foram levado ao local para que  
381 se fizesse um trabalho com a comunidade, sentiram a necessidade de policiais no Centro de Saúde, mesmo que  
382 de vez em quando, pois às vezes acontece fatos onde não se pode dar condições de dar um atendimento  
383 adequado e fazem ameaças, inclusive de execução, e ao contatarem com a polícia, a resposta que tiveram foi que  
384 ligassem depois quando esta pessoa retornasse e fizesse novas ameaças, cobra seriedade por parte da PM em  
385 atender, avaliar e se fazer presente quando existe uma ameaça, não ao patrimônio, mas sim à integridade física,  
386 tanto do usuário quanto do trabalhador. A diretora do Distrito Sanitário Centro Sul, Regina, esclareceu algumas  
387 questões em nome da SMSA: 1 – a questão da defesa do patrimônio público: vigilância eletrônica e patrimônio  
388 público; 2 – violência em que as pessoas estão submetidas, informa que do ponto de vista do patrimônio público  
389 é que foi instalado a vigilância eletrônica, uma coisa que tem que separar com relação à esta questão, pois, não  
390 existe da SMSA a preocupação durante o horário noturno, período este quando a vigilância eletrônica é  
391 acionada, por não ter pessoas dentro das unidades, optou-se por este tipo de vigilância uma série de questões,  
392 inclusive a questão financeira, que é possível de avaliação, se está sendo eficaz ou não e como está sendo  
393 conduzido, que estas questões vem sendo discutidas dentro da SMSA, a questão da vigilância eletrônica não é o  
394 centro dos problemas e que o que deveria ser discutido em primeiro lugar é a crescente violência contra o ser  
395 humano que é uma questão ao seu ver conjuntural, contemplou a fala da Dr<sup>a</sup> Lídia e esclarece que a Dr<sup>a</sup> Lídia foi  
396 secretária adjunta do governo passado e a SMSA preocupada com a questão de violência que vem crescendo,  
397 principalmente nos locais onde o índice de qualidade de vida é mais baixo, é sociológico, é histórico, que a  
398 SMSA buscou uma pessoa com capacidade técnica da Dr<sup>a</sup> Lídia e a compreensão política da mesma, para estar  
399 desenvolvendo um projeto piloto como já foi feito na Pedreira Prado Lopes, numa ação integrada de várias  
400 instituições, organizações, secretarias, organizações civis, ONGS, informou que todo o cidadão que circula por  
401 ali tem responsabilidade sobre a área, que nesses moldes tentaram resgatar na Vila Cafezal e foi acertado com o  
402 gabinete do Prefeito, o Secretário Municipal de saúde, Administração Regional, para que tivesse uma pessoa que

403 pudesse estar gerenciando esta proposta que foi concluída hoje e que já encaminharam ao administrador da  
404 regional Centro Sul, ao Secretário Municipal de Saúde e ao Prefeito Célio de Castro, justifica este  
405 encaminhamento por essa questão ser muito séria, a proposta é de desenvolvimento, integração e de tentar  
406 minimizar as condições que a população sofre. Disse que a SMSA tem claro que a saúde sozinha é impotente  
407 para estar resolvendo a questão da violência e que a solução é buscar parceria com várias outras instituições para  
408 se resgatar o direito do cidadão de BH, informa que a PM tem um papel fundamental principalmente porque este  
409 projeto proposto é a médio prazo. Disse que já foi feito inúmeras ocorrências na PM, que ela mesmo já o tem  
410 pessoalmente inúmeras vezes no gabinete do Prefeito, no 22º batalhão para se discutir estas questões. Informou  
411 que em momento algum a SMSA quis colocar uma disputa entre trabalhadores e usuários do serviço de saúde.  
412 colocou a questão do Centro de Saúde Santa Rita, informando que em 1994, quando estava na Direção do  
413 Distrito Sanitário Centro Sul, ele foi fechado durante um mês por problema de violência, época em que os  
414 trabalhadores reclamaram sobre várias agressões. Informou que durante o ano de 1994 houve várias reuniões  
415 com a comunidade que culminou na reabertura do Centro de Saúde. E concluiu que após esse fatos que os  
416 profissionais retornaram, ficaram uns tempos e voltaram novamente e ressaltou novamente a questão da  
417 violência não é contra o centro de saúde. E que recentemente estavam processo de negociação, quando então  
418 uma pessoa antes do carnaval um funcionário do centro de saúde foi feito de escudo humano entre duas pessoas  
419 com armas na mão, fato este que culminou o processo de negociação, que estão discutindo agora esta questão e  
420 que no Domingo fizeram uma assembléia na Vila Santa Rita de Cássia com a administração regional, a SMSA e  
421 a questão não está fechada. A participante Elisângela parabenizou o Major Renato por estar presente à reunião e  
422 lamentou a ausência dos outros convidados, frisou um parecer do Major quando o mesmo informou que a Polícia  
423 tem um cunho preventivo, e que o cunho preventivo está sendo esquecido pela PM justifica informando que  
424 nessas áreas deveriam ter postos de policiamento, que a questão da violência não é em todos os Centros de  
425 Saúde, pois a presença a esta reunião é pequena e conclui denunciando que para resolver a questão de segurança  
426 junto a BEPREM que estão mandando empresas seguradoras para que os funcionários façam seguro de vida,  
427 estão tendo que pagar a própria segurança sendo que esta questão é uma responsabilidade do estado. A  
428 participante Cristina informa que a fome, a miséria e o desemprego são as causas da violência no país, nos  
429 Centros de Saúde de BH, tem conflitos entre usuários e trabalhadores, todos os dias porque a população vai  
430 procurar um médico e não tem, denunciou a falta material, curativo, medicamento, e estas questões levam a  
431 população à insatisfação, acusa o CMS, a SMSA e o governo Célio de Castro de não discutir o problema que  
432 gera todas as questões, cita a questão das urnas e denuncia o governo Célio de gastar rios de dinheiro com  
433 propaganda enganosas e o que resolveria seria uma discussão nacional sobre a política econômica e social e não  
434 colocar policial em Posto de Saúde. O participante Moisés, disse que a vigilância eletrônica é um absurdo, que é  
435 um modernismo que só dá certo em país de primeiro mundo, não ouviu proposta clara na questão da violência  
436 nos Centros de Saúde nessa reunião e informa que não adianta discutir agressão aos Centros de Saúde e aos  
437 funcionários se essa questão de violência está sendo colocada como modernismo da PBH. O Major Renato  
438 propõe que o CMS forneça à PMMG se possível ainda hoje, a relação dos pontos críticos para que a PM instale  
439 um policiamento preventivo até que o problema seja discutido de forma mais ampla e que seja reestudada a  
440 questão de segurança eletrônica e outros, em seguida fornece o telefone da PM 239-2603, Fax 239-2393 e estará  
441 aguardando a relação dos pontos críticos para que se possa tomar medidas claras. Em seguida responde a questão  
442 levantada pelo gerente Artur, informou que a região Oeste é uma das regiões onde a incidência criminal é alta,  
443 em razão das características sociais e econômicas da região e que a PM vem dando um tratamento especial à  
444 região e com relação aos homicídios mesmo considerados alto, o número de homicídios por 100 mil habitantes é  
445 um dos menores do país. À pergunta feita pelo conselheiro João Athayde, disse que a PM vai cumprir o seu  
446 papel e espera que os demais órgãos também cumpram. Às questões levantadas pelo conselheiro Paulo Roberto  
447 Venâncio, informou que o problema é que as pessoas presentes à reunião são usuários, sofrem da falta de  
448 estrutura do setor de saúde, e a PM também tem esta questão e estão tentando superar os problemas com muita  
449 dedicação e muito empenho no atendimento à comunidade. Informou ao conselheiro Anésio que o caminho da  
450 PM é que as questões de segurança pública passem efetivamente pela discussão junto com o público alvo e que  
451 nada mais é salutar, importante e eficiente do que ele como representante da PM, estar ouvindo a comunidade  
452 que está sofrendo o problema da violência, para passar suas experiências, tem dados estatístico e nesta reunião  
453 está vendo a realidade de sentido a angústia do cidadão, que a PM tem que contribuir e irá fazer a sua parte. Às  
454 questões colocadas pela Simone da Vila Cemig, informou que na questão da PM acompanhar a equipe que fará  
455 visitas domiciliares, não ter condições e que esta questão tem que partir da comunidade que precisa de  
456 profissionais médicos, enfermeiros em aceitá-los e tem problemas, como esperar que a PM dê esse apoio  
457 diretamente à todos essas equipes que vão sair para fazer este trabalho que ao seu ver é fundamental, essencial,  
458 moderno e democrático e considerou uma questão difícil. Informou à senhora Edilene sobre as questões  
459 colocadas por ela: sobre a segurança disse custar caro, não se faz segurança economizando e que o poder público  
460 tem que se conscientizar disto, que tem que se investir na polícia na vigilância particular de órgãos públicos, nas  
461 escolas, centros de saúde, etc. e isto custa dinheiro, e reafirma dizendo que tem que investir na segurança porque  
462 a solução só na polícia é impossível. Com relação às questões levantadas pelo conselheiro Lauro, sobre as  
463 questões do Jardim Leblon, informou que já é uma demonstração que existe uma insatisfação da comunidade em  
464 razão do serviço que está sendo prestado, é que isto é um fato de geração de ocorrência não só contra o  
465 patrimônio, mas contra o funcionário visível do poder público que está trabalhando sem condições ideais para  
466 prestar um serviço eficiente para a comunidade e que o usuário chega ao Centro de Saúde carente de saúde,  
467 recebe um atendimento precário e acaba usando de métodos violentos, um atendimento eficiente à comunidade  
468 nos Postos de Saúde é fator que vai diminuir a questão da violência. À do conselheiro Júlio César, informou que  
469 a região Leste é uma região carente e que falta o poder público, em razão disso contrariamente o que muitas

470 pessoas falaram, o princípio administrativo da PM é a descentralização e que a PM quer estar onde o povo está e  
471 não só na Savassi, alto Afonso Pena e Zona Norte de BH. A PM está na Vila Cemig, Barreiro, Lindéia, Venda  
472 Nova, Alto Vera Cruz, Morro do Papagaio e reafirma que o princípio da PM é atender a todos da mesma forma,  
473 que não existe discriminação na atuação, e sim existem problemas culturais que precisam ser vencidas e tem  
474 pessoas que são resistentes à mudança, que não devemos desistir nunca e o caminho é discutir com a  
475 comunidade a solução para o problema da violência. À questão levantada pela gerente Geralda Margarida do  
476 Conjunto Felicidade, é um local de altíssima incidência criminal, ausente do poder público, com carências  
477 diversas e em relação a questão específica sobre a falta de seriedade dos policiais, disse que tem que ser encarado  
478 de frente pela comunidade, que devem relatar os fatos para os oficiais da PM, para que seja feito uma apuração  
479 que é um direito do cidadão quando mal atendido pela PM, pediu que se reclame para que esses policiais sejam  
480 reconduzidos, realinhados nas condições de trabalho dos mesmos, pois estão numa democracia e a PM está para  
481 prestar serviços à comunidade e que não está fazendo favor nenhum em estar à essa reunião discutindo ou  
482 quando solicitado via 190 ou na própria Cia de atender prontamente à população que é uma obrigação da PM.  
483 Respondendo à diretora Regina, informou que a mesma dividiu a questão em violência contra o patrimônio,  
484 usuário e contra o funcionário, estas questões estão interligadas pois se existe falta de estrutura isto causa  
485 violência ou seja, se existe falta de estrutura no atendimento o cidadão inconformado faz violência contra a  
486 instalação física e contra o funcionário que está objetivamente prestando o seu serviço, mas a violência em BH  
487 está sobre controle, a PM tem visitado outros estados, até outros países que se tem feito comparações e que em  
488 BH a violência está realmente sobre controle, acusa a mídia de propor as formas mais variadas de violência, cita  
489 a mídia televisiva de entrar em todas residências sem pedir licença e cita o caso dos EUA, onde a violência se  
490 instalou nas escolas com casos de bombas, houve um desencadeamento de séries de bombas que estouraram nas  
491 escolas de BH acompanhando os fatos ocorridos nos EUA, disse que o problema é muito amplo. Informou a  
492 participante Elisângela, sobre a questão de pagar seguranças é uma questão a qual eu não entraria na discussão,  
493 com relação ao cunho preventivo, a PM hoje faz muito rádio patrulhamento, muito rádio atendimento ou seja,  
494 atende à solicitação da comunidade em detrimento do patrulhamento preventivo, em razão de carências  
495 estruturais pois tem muita ligação de conflitos de cidadãos e poucos efetivos para atender, atende muito e não  
496 tem condições de fazer um policiamento preventivo e reconheço a falha da PM com relação à questão da  
497 prevenção. À pergunta feita pela participante Cristina, disse que realmente tem que se discutir mais as causas da  
498 violência, porém à essa reunião o que se viu foi mais buscas de soluções para violência do que discutir as causas,  
499 no seu entender as causas, todo mundo sabe e o que se está buscando é a solução para minimizar esta questão e  
500 que a PM já fez um compromisso hoje ao CMS e estão aguardando a relação dos fatos que se encaminhados até  
501 amanhã, na segunda-feira já terão medidas efetivas que podem lhe cobrar. Em seguida esclarece ao senhor  
502 Moisés as questões levantadas à esta reunião sobre a violência no Conjunto Confisco, as acusações feitas, existe  
503 uma farsa nas decisões tomadas pelo poder público, ele não iria entrar no mérito da questão, colocou que tem  
504 que se fazer isto mesmo, pois estamos em uma democracia ou seja se os cidadãos notarem que os órgãos que  
505 estão destinados à prestarem um serviço público de qualidade para a população e só estão fazendo propaganda  
506 enganosa, cabe à população tomar as medidas para reverterem a situação. Em seguida agradece o convite feito  
507 pelo CMS, disse estar aberto à outras solicitações que se tiver problemas regionalizados que se organize uma  
508 reunião com uma comunidade para mostrar os problemas da violência, chamem a comunidade para cuidar do  
509 Centro de Saúde passando aos mesmos que este Posto é um patrimônio da comunidade, que a PM estará a  
510 disposição para participar e finaliza dizendo que está aguardando a relação para que a PM possa priorizar o  
511 atendimento nas áreas mais críticas, já que há impossibilidades de se atender de forma geral. A secretária geral  
512 Sônia Santos agradece a presença do Major Renato à reunião como representante da Polícia Militar, em seguida,  
513 propõe ao plenário que se encaminhe todas as propostas para a comissão para serem estudadas, em seguida  
514 coloca em votação as propostas: 1- Projeto global envolvendo todas as entidades para discussão e  
515 encaminhamento de proposta efetivas para a população de BH, a proposta é aprovada por consenso. 2 – que o  
516 CMS forneça os pontos críticos de violência em BH para a PM e que se crie um fórum específico do Centro de  
517 Saúde e Comissão Local de Saúde, convocado pelo CMS e SMSA, este fórum irá identificar pontos críticos e  
518 passar para a PM, é aprovada por consenso. 3 – priorização por parte da Secretaria que os Centros de Saúde com  
519 mais de 70% de área de abrangência com população de risco muito elevada para a implantação do Projeto BH-  
520 Saúde. A proposta foi retirada e encaminhada para a Conferência Municipal de Saúde. 4 – ida ao senhor prefeito  
521 solicitando reunião e decisão de ampliação da presença do poder público nos locais de risco e cobrar a audiência  
522 e discutir em regime de urgência, todos os pontos que estão pendentes com relação ao CMS, prefeitura e SMSA.  
523 A proposta foi aprovada por consenso. 5 – Priorização do OP, para esses locais, foi incluída à proposta 1. 6 –  
524 Inversão da lógica do fazer saúde da administração Célio de Castro, investir na área social parando de gastar com  
525 propaganda enganosa e abastecer os Postos com recursos humanos, medicamentos e material e extinção das  
526 urnas colocadas pela corregedoria nos Centros de Saúde, foi aprovada por consenso. 7 – o CMS deverá  
527 intermediar junto à Assembléia Legislativa do Estado de MG, para que quando o projeto de anistia dos PMs  
528 expulsos venha a destinar a lotação de cada um destes PMs em uma outra unidade de saúde, uma vez que eles  
529 tem experiência em segurança pública e poderiam preencher a ausência de vigias e ao mesmo tempo cumprir um  
530 importante papel social. O conselheiro Antônio Carlos faz uma intervenção e questiona sobre o resultado do  
531 processo de anistia dos PMs, fato este que ainda não se concretizou e não se sabe o que irá acontecer, se os PMs  
532 serão reformados com parte do salário e não poderá colocar os PMs nos Centros de Saúde, sem que faça um  
533 concurso e contratados como vigilantes, sugeriu que esta proposta não deva ser aprovada sem saber como está a  
534 situação dos mesmos. A secretária geral Sônia informou ao plenário que o conselheiro Antônio Carlos é  
535 contrário à esta proposta colocada pelo conselheiro Orsini, releu a proposta e informou que somente se for  
536 favorável é que o CMS fará o pedido para que os PMs venham a voltar. O plenário pede que a proposta seja



537 colocada em votação. A secretária geral Sônia informa que a votação será nominal e inicia-se a chamada dos  
538 conselheiros para a votação, sendo dezesseis votos contrários, duas abstenções e dois votos a favor, a proposta  
539 não foi aprovada. Proposta 8 – que a mesa diretora faça um documento de protesto às pessoas que não vieram e  
540 nem justificaram, foi aprovada por consenso. Proposta 9 – fazer um documento para o senhor Fernando Alves,  
541 sobre a Vigilância Eletrônica para que ele justifique a questão do custo/benefício, foi aprovada por consenso.  
542 Proposta 10 – reabertura dos Centros de Saúde que foram fechados sem nenhuma participação da comunidade,  
543 imediatamente, foi aprovada por consenso. Proposta 11 – que seja suspenso a votação das urnas que a  
544 corregedoria está colocando nos Centros de Saúde sem informação nenhuma, nem aos funcionários e nem à  
545 comunidade, foi aprovada por consenso. Proposta 12 – fim da vigilância eletrônica, foi aprovado por consenso.  
546 Proposta 13 – que o CMS exija da PBH e Urbel a posse imediata do Conselho Municipal de Habitação, foi  
547 aprovada por consenso. Proposta 14 – que o CMS analise a relação entre o CMS e SMSA e leve ao  
548 conhecimento do Ministério Público, foi aprovada por consenso. Proposta 15 – que o CMS exija a retirada  
549 imediata da vigilância eletrônica e que seja colocado vigia humano, foi aprovado por consenso. Após a votação  
550 das propostas a Secretária Geral Sônia Santos informa que será incluído um terceiro ponto de pauta que é o  
551 documento de encaminhamento ao Ministério Público, que tem haver com as portarias que há muito tempo já foi  
552 encaminhado para a SMSA e PBH e não houve nenhuma resposta. A conselheira Dalva Imaculada informou  
553 que como já foi aprovado na plenária um encaminhamento ao Ministério Público, está trazendo uma proposta de  
554 documento e faz a leitura em seguida: Ao Ministério Público Estadual, BH, 20/05/99, Senhor Promotor, Os  
555 atuais gestores do SUS/BH vêm sistematicamente desrespeitando a Constituição Federal e as leis, violentando a  
556 população usuária do SUS. Comprovam esta denúncia, a documentação anexa e os fatos que passamos a relatar.  
557 Através da Portaria SMSA/SUS/BH N° 002/99, de 07/01/99, o Secretário Municipal de Saúde criou comissão  
558 encarregada da implantação do Programa (Projeto) denominado BH-Saúde, que visa substituir o modelo  
559 assistencial existente. Entendendo que o Controle Social do SUS estava sendo atropelado, já que o referido  
560 projeto sequer havia sido apresentado ao CMS, órgão com a atribuição legal de aprovar a política municipal de  
561 saúde (leis federais 8080, 8142 e leis municipais 5903 e 7536), o plenário do CMS/BH deliberou em 28/01/99,  
562 solicitar a revogação da Portaria. O Secretário Municipal de Saúde, no claro propósito de desafiar o Conselho,  
563 não apenas manteve a Portaria como publicou em fevereiro o Jornal BH-Saúde, com tiragem de cinquenta mil  
564 exemplares, que traz em matéria de capa e à página 3 a afirmativa **“A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO  
565 HORIZONTE , ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JÁ INICIOU A  
566 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA CAPITAL MINEIRA,  
567 DENOMINADO PELO PREFEITO CÉLIO DE CASTRO, BH-SAÚDE”**. Infrutíferas foram as tentativas  
568 posteriores do Conselho de fazer valer suas prerrogativas, inclusive junto ao prefeito (Ofício CMS 043/99) e o  
569 projeto continua sendo implantado, apesar de marcada a realização da VI Conferência Municipal de Saúde,  
570 fórum no qual a sociedade deverá definir as diretrizes para a mudança do modelo. Convém observar que o Artigo  
571 36 da Lei 8080, de 19/09/90, veda a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos  
572 planos de saúde e o Projeto BH-Saúde não obedece a essa determinação legal, o Plano Municipal de Saúde não  
573 foi submetido ao CMS-BH, mais uma vez, desrespeitando as leis (8142, 5903 e 7536). Em relação a implantação  
574 do BH-Saúde, acrescentamos que a portaria N° 1886 do Ministério da Saúde que dispõe sobre os Programas de  
575 Saúde da Família e de Agentes Comunitários de saúde, contém a exigência expressa de aprovação pelo Conselho  
576 Municipal de Saúde. Outro fato grave que denunciemos, é a arbitrariedade de medidas que desrespeitam os  
577 princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (universalidade, integralidade, equidade e participação da  
578 comunidade). A população usuária do SUS ou não, residente em BH ou não, tem direito de acesso aos serviços de  
579 saúde, garantidos na Constituição Federal e Lei Orgânica da Saúde. Os ajustes financeiros e organizacionais  
580 necessários ao funcionamento integrado do Sistema devem ser discutidos e negociados nos fóruns intergestores.  
581 Entretanto, o Secretário Municipal de saúde de BH nega-se a discutir nestes fóruns optando por penalizar a  
582 população sob a alegação de organização dos serviços e o argumento, diversas vezes repetido, de que só se  
583 responsabiliza pela saúde da população de BH, nada tendo a ver com pessoas não residentes na capital. Essa  
584 postura anti-social e despolitizada do Secretário tem sido consubstanciada em medidas unilaterais e autoritárias  
585 que criam barreiras ao atendimento de usuários de outros municípios, especialmente aqueles fronteiros à  
586 capital, gerando justificada insatisfação da população e conflitos nos Postos de Saúde. Uma dessas medidas foi a  
587 proibição da distribuição de medicamentos se a receita não for emitida em unidades do SUS/BH, essa medida  
588 atinge também pacientes de planos de saúde (Portaria SMSA/SUS/BH N° 038/98). Fez-se isso em nome de uma  
589 pseudo racionalização de gastos e contraditoriamente, conforme a grande imprensa já denunciou, faltam  
590 medicamentos básicos nos Postos de Saúde de Belo Horizonte. Extrapolando no desrespeito aos usuários, o  
591 Secretário tem praticado atos que agridem os direitos dos próprios cidadãos belorizontinos. Em comunicado  
592 expedido às Unidades de Saúde (Ofício GMSA/SUS/BH N° 075/99), o Secretário proíbe a realização de exames  
593 de Patologia e Radiologia cujas solicitações não sejam oriundas da rede municipal. Mais uma vez o Conselho  
594 deixou de ser ouvido, assim como, os prestadores públicos e privados diretamente atingidos, além da população.  
595 Negociação e diálogo são palavras inexistentes no vocabulário do gestor municipal do SUS. Belo Horizonte tem  
596 a gestão plena do Sistema Municipal, o que impõe um Controle Social mais efetivo e rigoroso sobre a utilização  
597 dos recursos repassados diretamente do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal. Outras ilegalidades e  
598 irregularidades vêm sendo praticadas e dentre elas citamos o fato de estarmos na 2ª quinzena de Maio/99 e o  
599 CMS não ter discutido, até o momento, os relatórios de gestão e financeiro referentes ao ano de 1998, que  
600 conforme a legislação, já deveriam ter sido aprovados. Só o relatório financeiro chegou ao Conselho. Os Jornais  
601 BH-Saúde publicados pela Secretaria, foram editados com recursos do Ministério de Saúde repassados pelo  
602 Convênio para o combate a AIDS. A Secretaria alega que essa utilização é legal. Questionamos e consideramos  
603 que mesmo que o convênio incluía publicações, o referido Jornal não cumpre a finalidade de atual no combate a

604 AIDS. O conselho deliberou no ano passado, que a Secretaria deveria fornecer os extratos bancários do FMS  
605 para análise da CTF do CMS, até o momento a deliberação não foi cumprida. Convênios que envolvem recursos  
606 do FMS são firmados sem passar pelo CMS. Postos de Saúde estão sendo fechados a diversos pretextos sem  
607 discussão com a comunidade e os trabalhadores do local. Entendemos, senhor promotor, que existem elementos  
608 suficientes para a ação do MP e contamos com esta ação para restabelecer em BH o respeito à Constituição e às  
609 leis que regem o SUS. Após a leitura do documento a conselheira Dalva informou que gostaria de dizer que este  
610 é uma proposição para que o plenário do CMS apoie e encaminhe. A Secretária Geral Sônia, consulta o plenário  
611 com relação ao documento se tem alguém contrário. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio, pede em questão de  
612 encaminhamento que a proposta dos conselheiros é ir terça-feira ao Ministério Público entregar este documento  
613 com as entidades sindicais, propõe que seja privado junto com o documento a ida ao Ministério Público, das  
614 entidades já com os documentos assinados. A conselheira Dalva informou que faria um adendo e declarou que  
615 como cidadã fará a assinatura do documento. A secretária geral Sônia pergunta se tem alguém contrário ao  
616 documento e coloca a proposta de encaminhamento ao Ministério Público do documento lido pela conselheira  
617 Dalva Imaculada, após a votação nominal a proposta foi aprovada por 12 votos a favor, um contra e quatro  
618 abstenções de votos. O conselheiro Cornelis, declarou que já foi votado anteriormente uma ida ao MP e isto se  
619 um ponto pacífico, que ao seu ver o documento deveria ser de natureza mais objetiva e mais suscinda, porque  
620 tem coisas contidas no documento que são altamente discutíveis, cita uma interpretação da municipalização que  
621 o mesmo disse ser uma questão que nem mesmo o MP vai resolver e este ser um ponto jurídico, que o  
622 documento não é contido e que deveria ter pontos que constasse objetivamente onde o CMS não foi respeitado,  
623 que no seu entender está misturado com outras coisas, tem dúvidas sobre o caráter do documento, informou  
624 novamente que tem que ser um documento sucinto, objetivo e não entrar em uma série de considerações que ao  
625 seu ver confundem. A conselheira Regina Helena, também absteve do voto declarou que a sua consideração é em  
626 relação ao documento, que a forma com ele está redigido inclusive questões que já foram aprovadas no CMS  
627 como política de assistência farmacêutica sendo questionado no documento que está sendo encaminhado, que o  
628 documento não está sendo objetivo e ao mesmo tempo está contradizendo várias questões que já foram  
629 aprovadas pelo Conselho e que será uma desmoralização para o CMS. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio  
630 faz uma intervenção e conformou que gostaria de convidar a conselheira Regina e o conselheiro Cornelis que  
631 colocaram suas opiniões com relação ao documento a ser encaminhado pelo CMS ao MP, que amanhã às 18:00  
632 horas no SINDSAÚDE, irão fechar na íntegra os pontos e a redação final dos documentos, os pontos serão  
633 mudados e convida o conselheiro Cornelis novamente para que o mesmo compareça ao local e horário acima  
634 citado para que os mesmos possam melhorar o documento. Neste momento um participante questionou se o  
635 documento não era aquele a qual a conselheira Dalva acabara de ler. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio,  
636 respondeu que o documento era realmente o que a conselheira acaba de ler e retirou a proposta do convite feito  
637 aos conselheiros Regina e Cornelis para que os mesmos comparecessem ao SINDSAÚDE para que pudessem  
638 melhorar o documento quando fechar na íntegra os pontos e a redação final. O conselheiro José Osvaldo,  
639 informou que tem acompanhado pela imprensa e que a CTCA acompanhou um certo período a questão do  
640 médico do HOB, informou que o CMS está sabendo que está sendo pago com o dinheiro do Fundo Municipal de  
641 Saúde uma questão jurídico, apresentou a proposta que a mesa diretora indicasse a CTRH para fazer um  
642 levantamento a respeito desse pagamento que está sendo feito ao médico do HOB no valor de mais 500 mil reais.  
643 Às 18:35, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e  
644 aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho e pela secretária-geral. Belo Horizonte, 20 de maio de 1999.  
645 TDSP/vld